

Parte 1

I - Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste?

Luis Henrique Cunha
Jonatta Sousa Paulino

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CUNHA, LH., and PAULINHO, JS. I - Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 27-58. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

I

Convivência com o semiárido: um novo paradigma para Políticas Públicas no Nordeste?

*Luis Henrique Cunha²
Jonatta Sousa Paulino³*

Introdução

No dia 11 de julho de 2012, a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Maria Emília Lisboa Pacheco, encaminhou correspondência à Presidenta da República, Dilma Rousseff, na qual apresentou “proposições relativas às estratégias de convivência com o Semiárido” no quadro das preocupações quanto aos efeitos da ocorrência de mais uma seca no Nordeste brasileiro. No documento de 10 páginas, o termo convivência, normalmente seguido da expressão “com o Semiárido”, é mencionado 15 vezes⁴. No último parágrafo, o CONSEA propõe “a construção participativa de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, de caráter permanente”, repercutindo outro documento, elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), intitulado “Ações do Governo

2 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, professor do PPGCS/UFCG e do PPGDR/UEPB. luishcunha@uol.com.br

3 Doutorando em Ciências Sociais, UFCG. Jonatta.15@bol.com.br

4 Há ainda duas menções à expressão “conviver com o Semiárido”.

Federal para a Promoção da Convivência com o Semiárido” (PACHECO, 2012).

A reunião que aprovou o envio de correspondência pelo CONSEA à Presidência da República foi noticiada no site da Articulação do Semiárido (ASA BRASIL), no qual se informava que “a proposta defendida pela sociedade civil para o desenvolvimento sustentável do Semiárido – a convivência com a região, ao invés de ações de combate à seca – foi tema central de discussão” no CONSEA. A jornalista informava, ainda, que a plenária teve a “participação inédita de uma agricultora familiar do Semiárido”, Joelma Pereira, ao lado da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e de representantes de outros ministérios (PRAGANA, 2012).

Tanto a correspondência do CONSEA quanto a notícia veiculada pela ASA Brasil se referem a um “paradigma da convivência”, podendo-se entender, com isso, que a convivência com o semiárido conformaria um modelo (de desenvolvimento) capaz de orientar e dar coerência a escolhas, ações e políticas. Para muitos autores e atores sociais, a adoção da perspectiva da convivência tem levado a mudanças significativas nas formas de intervenção no semiárido (SILVA, 2007; NASCIMENTO, 2008).

Este capítulo tem um duplo objetivo: de um lado, tornar mais claros os pressupostos sobre os quais se assenta esse “novo” paradigma, destacando o que consideramos serem suas premissas “conservantistas”, cujas tensões não refletidas entre inovação e tradicionalismo resultam num conservadorismo de vanguarda; e, de outro lado, inventariar quais escolhas têm sido feitas e quais ações e políticas públicas têm sido propostas sob a influência da ideia de convivência com o semiárido e propor uma reflexão sobre as consequências destas escolhas, ações e políticas nos termos do que chamamos de “excepcionalismo⁵ dos pobres”. Tentamos demonstrar, assim, que as políticas de convivência com o semiárido informam, principalmente, uma estratégia de ação voltada para uma parcela da sociedade – populações rurais e de peque-

5 Por excepcionalismo entendemos a opção, implícita ou explícita, de considerar certos grupos humanos de algum modo excepcionais, devendo ter, portanto, um tratamento diferenciado.

nos municípios historicamente marginalizados das dinâmicas de modernização/desenvolvimento – que objetiva mantê-los como um grupo diferenciado tanto em termos socioculturais quanto de suas relações com a natureza.

Inspirados por Boltanski e Chiapello (2009), interpretamos a emergência e difusão da ideia de convivência com o semiárido em termos de uma “ideologia que justifica o engajamento” de diferentes atores a conjuntos particulares de propostas políticas. Neste sentido, foi necessário um trabalho de “mobilização ideológica” que produzisse “adesão ativa” ao que se considera um paradigma alternativo de promoção do desenvolvimento, em substituição ao criticado paradigma de combate à seca.

A realização das tarefas a que nos propomos neste texto leva à reflexão acerca da relação entre a sociologia e o mundo social que ela busca desvelar e sobre o papel dos cientistas sociais neste mundo e na produção de alternativas de mudança social. Há um papel a desempenhar pelas ciências sociais na luta contra a dominação, desigualdade, pobreza e injustiça social? Há aqueles que preferem o engajamento direto, o contato com os atores sociais como intelectuais orgânicos, e há aqueles que (como Elias e Bourdieu) problematizam essas relações e defendem um engajamento emocional em relação às situações sociais objetivadas pela pesquisa científica, como melhor forma de contribuir politicamente (mesmo que essa posição não seja, também ela, totalmente livre de contradições). Nossa própria visão do problema é influenciada por esta última posição.

Interessa-nos “a análise da dominação simbólica – a dominação que não é reconhecida como tal” (BURAWOY, 2010, p. 26), ou seja, uma análise da violência simbólica, ativada e atualizada justamente nos processos de produção dos discursos. Burawoy (2010, p. 26), seguindo Bourdieu, afirma que “conhecer melhor as condições de produção do conhecimento é a condição para a produção de um conhecimento melhor”. A crítica permanente dos elementos ideológicos mobilizados nas políticas de desenvolvimento parece um bom ponto de partida para o engajamento dos cientistas sociais nos processos de transformação social.

Convivência como adaptação: pressupostos conservantistas de um novo paradigma

A noção de convivência com o semiárido tem sido defendida como um “paradigma emergente” ou como um “novo paradigma civilizatório” (SILVA, 2007; MALVEZZI, 2007; CHACON, 2007). De um lado, a crença que se está constituindo uma alternativa às formas consolidadas de considerar os desafios relativos ao desenvolvimento regional – em que o “problema” da seca era um dos principais entraves a superar; e de outro lado, o comprometimento com um novo modo de viver na região. Assim, a ideia de convivência significaria tanto uma crítica a determinadas práticas sociais – expressas tanto numa forma de perceber o semiárido quanto em diferentes maneiras de agir sobre este espaço/território – quanto uma normatividade específica – que recorre a certas categorias de percepção para informar certas práticas e, ao que nos interessa neste texto, políticas.

Também é recorrente a associação entre sustentabilidade e convivência com o semiárido. A noção de convivência seria, então, um desdobramento das preocupações ambientais, ou, mais precisamente, uma maneira de especificar, para o semiárido, o tema do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2007). Para Nascimento (2008, p.2), o paradigma da convivência com o semiárido não pode ser reduzido a seu aspecto socioeconômico, pois se trata de uma concepção socioespacial e, como tal, traduz uma interação ser humano-território-natureza.

Em texto publicado em 2001, dois pesquisadores da Embrapa Semiárido, sediados em Petrolina (PE), Clóvis Guimarães Filho e Paulo Roberto Coelho Lopes, buscam apresentar subsídios para um programa de “convivência com a seca”. E, neste contexto, já anunciam o que poderia significar o tal programa: “a busca de sistemas produtivos ou formas de uso que se harmonizem com o meio-ambiente do Semi-Árido” ou a “adequação agroecológica” das alternativas produtivas apresentadas para a região (GUIMARÃES

FILHO; LOPES, 2001)⁶. É importante ressaltar que, no paradigma da convivência, estão relacionadas duas dimensões: uma dimensão social (num sentido amplo que envolve tanto práticas produtivas quanto saberes e especificidades culturais) e outra ambiental. A dimensão social deve se “adequar” à dimensão ambiental.

Malvezzi (2007) fala em “boa convivência com o ambiente”, para então referir-se explicitamente ao que nos parece ser o núcleo central da ideia de convivência: a noção de adaptação⁷. Segundo ele:

Está em gestação um novo conceito civilizatório para a região: a convivência com o Semi-Árido. A ideia parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semi-árida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, **adaptaram-se** a

6 As propostas apresentadas por Guimarães Filho e Lopes (2001) não são totalmente respaldadas nos textos mais recentes sobre o tema. Os autores chegam a falar, inclusive, no aumento da eficiência da irrigação e na construção de novos açudes na região, mas a concepção geral do que seria convivência é a mesma, em linhas gerais, que a encontrada na literatura posterior. O texto de Suassuna (2002) é outro exemplo do uso da ideia de convivência numa chave mais explícita de modernização e solução hídrica.

7 A noção de adaptação é central para as abordagens da ecologia humana e da antropologia ecológica. Estas correntes de pensamento parecem ser as influências não reconhecidas do paradigma da convivência. Um dos pressupostos fundamentais da ecologia humana é o de que os indivíduos adaptam seus comportamentos aos ambientes em que vivem (WOHLWILL, 1973). A antropologia ecológica é fortemente influenciada pelo trabalho de Roy Rappaport, para quem as populações humanas desenvolvem mecanismos culturais de adaptação ao ambiente. Todas estas abordagens foram objeto de intensa crítica no campo das ciências sociais e pretendemos, em outro artigo, aprofundar a relação entre a ideia de convivência com o semiárido e estas abordagens.

ele e tornaram viável a vida. No Semi-Árido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional.

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de **adaptar-se** de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes (MALVEZZI, 2007, p.11-12, grifo nosso).

Para Chacon (2007, p.34), a ideia de convivência representa “um deslocamento paradigmático, da ótica da negação das características ecológicas da região, para um enfoque de aceitação”. Em Silva (2007, p.469, 476), é possível apreender como o discurso da convivência com o semiárido associa-se à legitimação de uma ciência (verdade) ecológica, como parte da crítica às práticas sociais consideradas não apropriadas:

A introdução de práticas econômicas e tratos culturais nem sempre adequados aos ecossistemas locais é resultado do processo de ocupação do Semi-árido. As práticas não-apropriadas àquela realidade, com a excessiva exploração dos recursos naturais e a ausência dos estudos de ecologia das regiões naturais, é que levaram os lavradores a insistir nos cultivos dos cereais em ambientes impróprios, desde o período de colonização (SILVA, 2007).

Na sua longa trajetória de pesquisador e engenheiro do Dnocs, por mais de trinta anos, José Guimarães Duque dispôs-se a estudar e interpretar a região, em seus aspectos fundamentais de solo, água e clima. Em seus estudos

destaca a necessidade de mudança da concepção e da orientação das políticas de combate à seca: ‘o conceito de seca era aquele de modificar o ambiente para o homem nele viver melhor. A ecologia está nos ensinando é que nós devemos preparar a população para viver com a semi-aridez, tirar dela as vantagens⁸ (SILVA, 2007).

Harmonização, adequação, adaptação, aceitação, viver com: eis as variações semânticas que informam o processo de construção de significados associados à ideia de convivência. A prevalência de uma dimensão social a ser transformada para se adaptar a uma dimensão ambiental a ser conservada não é elaborada sem problemas. Uma das tarefas a que nos propomos, neste texto, é justamente refletir sobre as contradições presentes na defesa desta noção, ainda que estas contradições não sejam percebidas por aqueles que ativam o conceito nas lutas simbólicas com as quais se envolvem.

É importante analisar, neste momento, o que para muitos é o documento inaugural do paradigma da convivência, a Declaração do Semiárido Brasileiro, divulgada pela Articulação do Semiárido (ASA Brasil) em 1999. Neste texto, há 12 referências ao termo convivência, e nenhuma referência ao termo adaptação. No documento, não se apresenta uma definição explícita do que seria a convivência com o semiárido, mas uma leitura atenta nos ajuda a apreender alguns dos elementos centrais de mobilização de categorias na construção de uma “ideologia que justifica o engajamento” (QUADRO 1).

8 É importante destacar o esforço de Silva (2007) em identificar os precursores da ideia de convivência. Para ele, as obras de Celso Furtado, Josué de Castro e Guimarães Duque são fontes de inspiração deste novo paradigma. Para a influência de Furtado, vide também Nascimento (2008). Não é o caso de resenhar aqui essa paternidade, certamente problemática, mas apenas chamar a atenção para a estratégia de filiar a noção de convivência a autores “canônicos” da reflexão sobre o Nordeste.

EXCERTOS DA DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (continua)

Excerto 1.

A convivência com as condições do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos, há mais de dez anos, permitem afirmar hoje.

Excerto 2.

Este programa [de convivência com o semiárido] está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido.
- A quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

Excerto 3.

O semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto socioeconômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Excerto 4.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de Convivência com o Semiárido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido.
- A priorização de investimentos em infraestrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infraestrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

Excerto 5.

O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.

QUADRO 1- Excertos da Declaração do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil, 1999)

FONTE – Quadro criado pelos autores

Podemos sintetizar algumas ideias relacionadas à noção de convivência com o semiárido presentes no documento divulgado pela ASA Brasil:

- a) Conviver com as secas (ou seja, com as condições climáticas e ecológicas da região) (excertos 1, 2 e 3 – QUADRO 1);
- b) Conservar e recuperar o ambiente (excertos 2 e 4 – QUADRO 1);
- c) Democratizar o acesso a terra e à água (excerto 2 – QUADRO 1);
- d) Apoiar à agricultura familiar (excertos 3 e 4 – QUADRO 1);
- e) Erradicar a pobreza (excerto 3 – QUADRO 1);
- f) Realizar ações localizadas e interiorizadas (excerto 4 – QUADRO 1) e
- g) Priorizar a educação e mobilização ambiental (excerto 5 – QUADRO 1).

Há, ainda, uma defesa geral presente na declaração da ASA Brasil quanto ao protagonismo da sociedade civil organizada na construção de alternativas aos antigos modelos de desenvolvimento propostos para o Nordeste. Esta ênfase é recuperada em outro documento, intitulado “Declaração da Caatinga”, elaborado durante a realização da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A caatinga na Rio+20, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 2012, com a participação de membros dos governos estaduais, parlamentares, representantes do setor privado, do terceiro setor, dos movimentos sociais, da comunidade acadêmica e de entidades de pesquisa dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, realizada em Fortaleza pelo Banco do Nordeste e Instituto Nordeste XXI. Neste texto⁹, há 15 referências à convivência com a seca ou com o semiárido (QUADRO 2).

**REFERÊNCIAS A IDEIA DE CONVIVENCIA NA
DECLARAÇÃO DA CAATINGA**
(*continua*)

1	A obtenção de conhecimentos relacionados à convivência com as condições de semiaridez, numa perspectiva de educação contextualizada, eleva significativamente a qualidade de vida nas áreas abrangidas pela Caatinga, principalmente daquelas populações que moram em comunidades rurais, representando, inclusive, um vetor de inclusão, ascensão social e sustentabilidade ambiental. (p. 2)
2	Promover programas de educação e conscientização pública que abordem temas relacionados ao bioma Caatinga, especialmente a conservação da biodiversidade, a convivência com a seca e a compreensão das causas e efeitos da desertificação. (p. 3)

⁹ A “Declaração da Caatinga” é dividida em duas partes. A primeira apresenta a visão e os compromissos gerais. Na segunda parte, estes compromissos são especificados por estado e instituição.

3	Garantia de educação pública de qualidade, contextualizada para a convivência com o semiárido. (p. 12)
4	Para o enfrentamento das questões relacionadas às mudanças climáticas, diversificar a matriz energética, construir estratégias de convivência e adaptação ao semiárido e apoiar a área de desenvolvimento científico e tecnológico. (p. 17)
5	Apresentar, ao Governo do Estado, um projeto de Lei de Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense, tendo por base os estudos e documentos do Pacto pelo Semiárido Cearense, objetivando a articulação e integração das políticas voltadas para essa região do estado, o desenvolvimento de novas ações adequadas à convivência com o semiárido e possibilitando um acompanhamento da sua execução de forma compartilhada (Ceará). (p.19)
6	Incorporação, nos planos municipais de educação, de elementos de discussão de convivência com o semiárido, baseados na educação contextualizada e ambiental. (p.27)
7	Produção e difusão de material didático voltado para a educação no campo e convivência no semiárido. (p. 27)
8	Assessoria e Capacitação para implementação do Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais, por meio de capacitação técnica e construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva, visando à preservação, o gerenciamento e ampliação do acesso à água e aos demais meios de produção e direitos básicos no Semiárido. (p. 31)
9	Participação no Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido e ASA-Articulação no Semiárido Brasileiro. (p. 31)
10	Implantação e construção de tecnologias de captação de água da chuva para o consumo humano (25 mil cisternas de placas e 1.000 cursos de capacitação em GRH- Gestão Recursos Hídricos para as famílias beneficiadas, na perspectiva da convivência com o semiárido). (p. 32)

11	Implantação e construção de tecnologias de captação de água da chuva para a produção de alimentos (10 mil cisternas calçadão e 500 cursos de Sistema Simplificado de Manejo de Água para as famílias beneficiadas, na perspectiva da convivência com o semiárido). (p. 32)
12	Consolidar, no Piauí, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB, implantando uma educação contextualizada, na perspectiva da convivência com o semiárido. (p. 32)
13	Dar continuidade às ações de educação para a convivência com o semiárido e às ações de prevenção de danos ambientais. (p. 33)
14	FPCSA – Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido (p. 35)

QUADRO 2- Referências à ideia de convivência na Declaração da Caatinga (2012)

FONTE – Quadro criado pelos autores

Diferente da Declaração do Semiárido, neste novo texto as referências à ideia de adaptação são explícitas. O termo aparece cinco vezes¹⁰ no contexto de adaptação às mudanças climáticas e de transferência de tecnologias sustentáveis, definidas como “adequadas às necessidades específicas das populações locais, com especial atenção aos efeitos sociais, culturais, econômicos e ambientais” de tais tecnologias. A introdução de uma nova categoria, a de mudanças climáticas, que tem sido bastante enfatizada no debate ambiental dos últimos anos, dota o ambiente também de um caráter mutável, em oposição ao ambiente estável predominante, há poucos anos, no debate sobre a convivência com o semiárido. Assim como acontece com a dimensão social, também em relação à dimensão ambiental, a adesão a um modelo geral conservantista

¹⁰ As categorias dominantes mobilizadas no documento ainda são desenvolvimento (83 menções) e sustentável/sustentabilidade (71 menções). Este achado não é incoerente com a tese da convivência como especificação do desenvolvimento sustentável para o semiárido. Ressalte-se que há 13 menções ao termo pobreza e 07 menções à agricultura familiar.

não deixa de apresentar tensões e contradições, como resultado esperado das convergências de expectativas e interesses de diferentes atores sociais em torno de um mesmo projeto político.

A leitura da “Declaração da Caatinga” permite identificar as categorias que são associadas diretamente ao tema da convivência com o semiárido:

- a) Convivência e educação contextualizada;
- b) Convivência e populações de comunidades rurais;
- c) Convivência, mudança climática e desertificação;
- d) Convivência, ciência e tecnologia.

Há uma diferença importante a ser destacada em relação à “Declaração do Semiárido” de 1999, e ela se refere aos efeitos dos esforços de institucionalização da noção de convivência com o semiárido. O desejo de que a ideia de convivência pudesse orientar políticas públicas e a ação estatal está explicitado no documento de 1999. Mas a “Declaração da Caatinga” (2012) revela muito claramente como a institucionalização vai modificando os contextos em que o conceito é agenciado, além de revelar uma enorme multiplicidade de atores sociais que aderiram à ideia de convivência. O documento propõe, entre outras coisas:

Criar a Agenda Positiva para a Caatinga, um plano de comunicação cujo objetivo será intensificar a divulgação das riquezas do patrimônio natural e cultural do bioma, com mudança do foco, atualmente centrado na pobreza, para um paradigma baseado no campo das possibilidades e das belezas existentes (p. 3).

Os compromissos aqui assumidos devem ser contemplados e integrados nas políticas de Estado, como estímulos ao uso eficiente dos recursos naturais, à produção e ao consumo sustentáveis, à cultura, à ciência, tecnologia e inovação, à geração de empregos, à segurança alimentar, à erradicação da pobreza,

à adaptação às mudanças climáticas e ao combate à desertificação e todos os demais requisitos relevantes ao desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga (DECLARAÇÃO DA CAATINGA, 2012, p.6).

São compromissos diferentes daqueles assumidos pela ASA Brasil em sua carta de princípios:

A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares (...) (item 3)

A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido (item 4) (ASA BRASIL, [19--]).

A centralidade da ASA Brasil¹¹ na formulação do debate sobre a convivência, porém, é ainda inquestionável. Silva (2007) repercute algumas das principais categorias mobilizadas pela Articulação do Semiárido quando diz que a ideia de convivência se refere à valorização do local, da diversidade cultural, da recomposição e afirmação de identidades e territórios; à mudança de percepção sobre a realidade local; à experimentação de alternativas apropriadas de produção; e à construção de novas perspectivas de desenvolvimento junto a populações marcadas pela condição de

11 Há, sem dúvida, problemas em se falar de forma genérica na ASA Brasil. Consideramos aqui a ASA Brasil como porta-voz institucional de certos discursos. Mas não nos foi possível identificar quem fala e de que posição social quando fala a ASA.

pobreza. Ele então define a convivência com o semiárido como sendo:

Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. (SILVA, 2006, p. 272).

É chegado o momento de responder, pelo menos inicialmente, por que o paradigma de convivência com o semiárido conforma uma perspectiva conservantista ou, em outros termos, um conservadorismo de vanguarda. Por conservantismo, queremos significar uma tendência a privilegiar a manutenção (no lugar da transformação) de modos de vida e de relação com a natureza. Num sentido mais ampliado, também se refere ao desejo de conservar modos de vida junto com a proteção da natureza¹². E eis que se revela a contradição central do paradigma da convivência: instaurar um novo padrão civilizatório ou garantir a continuidade de um padrão civilizatório ameaçado pelas forças modernizadoras? A compreensão da convivência como adaptação é o núcleo central das tendências conservantistas deste modelo. E a busca por melhoria das condições de vida das populações rurais do semiárido informa o caráter transformador do paradigma.

O texto a seguir, encontrado em Chacon (2007, p.38), exemplifica bem o poder do discurso conservantista:

Os mecanismos de relações sociais não são apenas ignorados; são destruídos. A eletrificação rural, por exemplo, promove a

12 Uma perspectiva conservantista, assim, não é adotada apenas pelos defensores da convivência com o semiárido, sendo padrão ideológico dominante, por exemplo, no debate sobre as chamadas “populações tradicionais”, em que as mesmas tensões entre políticas que mudem a vida das pessoas sejam articuladas em meio a um discurso de valorização dos modos de vida existentes, a serem preservados.

massificação de uma propaganda consumista que leva ao sertanejo um sentimento de inutilidade, promovendo o deslocamento deste para os meios urbanos à procura não só de ocupação, mas principalmente de significação e pertencimento a esse novo padrão levado até por diversos instrumentos da modernização, como as antenas parabólicas. O sentimento de pertencer ao sertão não apenas desaparece, mas é verdadeiramente extirpado, visto que é traduzido como atraso. Essa destruição do nexo das relações sociais afeta não apenas as pessoas, mas toda uma teia de atitudes e processos que norteiam a cultura sertaneja, inclusive no que se refere à relação do Homem com a Natureza. Em termos culturais, os impactos de tal transformação só serão percebidos em profundidade no longo prazo, embora já haja sintomas claros de mudança. Especialmente em relação ao meio ambiente, os novos paradigmas (inclusive de produção agrícola) afetam a forma como este é visto pelo sertanejo, destruindo laços históricos e culturais que por séculos comandaram a vida no Sertão. Toda uma tradição no manejo da biodiversidade desse espaço especial é aos poucos esquecida pelo povo do lugar, usurpado em seus modos e atitudes, levado a acreditar que sua organização social e produtiva é “ultrapassada”, e que o que é bom é o que está fora dali, ou seja, o modelo urbano de produção e consumo. Parece-lhes só restarem duas opções: partir em busca da inserção nesse modelo, ou tentar reproduzi-lo em seu espaço, negando sua cultura e suas tradições. De uma forma ou de outra negam suas possibilidades e as do seu espaço, convencidos de que ali já não é mais

possível viver respeitando o que aprenderam com o tempo. Assim, vão apagando suas lembranças (CHACON, 2007, p.38)

O paradigma da convivência com o semiárido é, ao final, uma crítica à modernização, uma defesa das relações sociais tradicionais e de um novo padrão de relação com a natureza. Ou seria um modelo de modernização para populações das áreas rurais nordestinas? Macedo (2004) defende a ideia de que as políticas de convivência conformam uma territorialidade ambígua, operada por um imaginário local e globalizado.

Educação para a convivência: ênfase na mobilização ideológica

Um aspecto a ser ressaltado nas formulações acerca do paradigma da convivência com o semiárido é a ênfase sobre os processos de educação, treinamento, capacitação, em cursos especiais, através da educação do campo ou como conteúdo nos processos de educação formal (PINTO; LIMA, 2005). O discurso, neste ponto, assume uma de suas mais claras contradições. De um lado, assume-se que há um saber desenvolvido ao longo do tempo pelas populações rurais da região que possibilita a convivência com as condições ambientais do semiárido, mas, de outro, defende-se que é preciso preparar a população para a convivência.

Esta contradição é exemplificada (e de certo modo superada discursivamente) em Silva (2007, p.476), quando afirma que a

valorização do espaço territorial para convivência requer, portanto, novas formas de pensar, sentir e agir no ambiente no qual se está inserido. Nessa perspectiva cultural, a convivência é um reaprendizado da comunhão intrínseca entre os sujeitos e a realidade do Semiárido através das experiências vividas (SILVA, 2007, p.476).

Eis então a fórmula para superar esta tensão: a formação para convivência seria um reaprendizado, a recuperação de um saber

tradicional negado pelos esforços de modernização que marcam os “velhos” paradigmas de desenvolvimento do Nordeste.

Sem uma análise detalhada dos múltiplos programas de formação para a convivência com o semiárido não é possível apreender quais os modelos dominantes que estão sendo utilizados nas ações empreendidas por diferentes atores sociais. Esta análise não será realizada neste capítulo. Mas Pinto e Lima (2005, p.2) oferecem indicações sobre estes conteúdos na experiência que descrevem ao afirmarem que “a concepção do programa é a de que ao se aprofundar o conhecimento sobre o clima da região, os pequenos agricultores poderão minimizar os efeitos negativos que diminuem as suas potencialidades, particularmente de uso do solo”. Ou seja, um programa de “difusão” do conhecimento científico, já que se supõe que o conhecimento tradicional sobre o clima da região já é de domínio destas populações. Não se detalha, porém, em que medida este conhecimento científico do clima operaria a potencialização dos sistemas produtivos destes agricultores.

É comum à literatura sobre a convivência, principalmente aquela dedicada a relatos de experiências, o recurso às narrativas exemplares, em que é dada voz aos agricultores e agricultoras para que relatem suas vivências com a adoção desta nova perspectiva em suas práticas produtivas. Trata-se de um mecanismo de argumentação em que a legitimidade do modelo associa-se à sua eficácia transformadora. Escolhemos uma destas narrativas exemplares, oferecidas pelo trabalho de Pinto e Lima (2005), colhida entre agricultores familiares da mesorregião Nordeste Baiano (QUADRO 3).

A análise desta narrativa aponta alguns elementos comuns ao que seria o processo de adesão ideológica e prática ao paradigma da convivência:

- a) O confronto entre alternativas tradicionais (migrar), que são também modernas, na medida em que se conformam ao padrão dominante de desenvolvimento, e a possibilidade de inserir-se num novo modelo produtivo e de relação com natureza;

- b) A participação em alguma “experiência” de convivência com o semiárido, associada normalmente a algum tipo de formação ou processo educativo, que tem caráter revelador de novas possibilidades de vida e trabalho;
- c) A menção a práticas específicas que são associadas a esta nova forma de viver e produzir, no caso o uso do mandacaru, planta nativa da caatinga, como alternativa de alimentação animal, em substituição as fontes energéticas exógenas ou modernas, que criariam dependência e degradação ambiental.

NARRATIVA EXEMPLAR DA EXPERIENCIA DE UM AGRICULTOR COM A IDEIA DE CONVIVENCIA

(continua)

Outro exemplo, também de um pequeno agricultor que desesperado com a miséria em que vivia e acreditando que poderia viver melhor na cidade de São Paulo, porque já tinha parentes trabalhando por lá, estava decidido a ir embora. Mas, depois de participar do Programa de Convivência com o Semiárido, desistiu dessa viagem.

Esse pequeno produtor, hoje com cinquenta anos de idade, é nascido e criado na região Semiárida brasileira e sempre conviveu com atividades voltadas para a roça, plantando basicamente milho, feijão e mandioca e utilizando práticas seculares transmitidas através de gerações: pais, avós, etc. A falta de conhecimento sobre a diversidade de condições no Semiárido levou esse pequeno produtor e seus familiares a exaurirem a terra onde viviam e, conseqüentemente, a considerarem a roça como uma atividade negativa.

Mesmo com a ideia de ir tentar a vida em outro lugar, ele aceitou participar do Programa, fazendo o curso de capacitação. E o que para ele seria apenas mais uma conversa, levou-o a abandonar definitivamente o projeto de ir embora, como se confirma em seu depoimento:

Nesses quinze dias, a gente descobriu o que a gente precisava descobrir, o segredo da coisa de como viver aqui no Nordeste. Porque lá foi reforçada todas as informações de convivência com a seca, como trabalhar a questão da roça, do animal, da água e quais são as necessidades e a quantidade também. E a gente foi vendo aquelas coisas, e eu fui me preocupando com isso. E eu voltei para cá com aquela vontade mesmo de praticar (Agricultor anônimo – informação verbal).

Para o pequeno produtor, o conhecimento sobre o ciclo da água, da necessidade de saber qual o consumo diário; de como trabalhar o solo; produzir e armazenar forragem e de observar as plantas e os animais foi fundamental para que ele tivesse uma nova visão sobre o lugar onde vivia.

A partir do conhecimento adquirido na capacitação, o pequeno produtor desenvolveu uma experiência a que chamou de pesquisa. Ou seja, observando o comportamento das cabras ao se alimentarem, ele percebeu que elas ao comerem mandacaru (*Cereus jamacaru*), apresentavam um aspecto melhor, ganhavam mais peso e aumentavam a produção de leite. E concluiu:

O mandacaru é uma planta da caatinga; então, porque não plantar o mandacaru? Então eu fui ver como podia mexer com isso. A gente fez uma pesquisa entre os animais para descobrir a quantidade que era necessária para o animal ficar bem alimentado (PINTO ; LIMA, 2005, p. 9-10).

QUADRO 3 - Narrativa exemplar da experiência de um agricultor com a ideia de convivência

FONTE – Quadro criado pelos autores

As narrativas legitimam não apenas o paradigma da convivência, mas também as ações daqueles que mobilizam recursos humanos e financeiros em projetos e programas realizados em

diferentes estados do Nordeste. Estas ações estariam comprometidas com o que Carvalho e Egler (2003) chamam de “processo permanente de aprendizagem” da população sertaneja, que tendo sido iniciado há muito tempo, é reforçado pela educação para a convivência. E a continuidade do aprendizado e da promoção da convivência:

Requer instrução e educação para todos, por métodos formais (para os mais jovens) e processos menos ortodoxos (para os de mais idade). Exige mudança de mentalidade dos beneficiários diretos dos processos de inovações, dedicação dos que vierem a ser responsáveis por essas mudanças e muito compromisso social das elites dirigentes e formadores de opinião (CARVALHO; EGLER, 2003, p.164).

Aziz Ab’Sáber (2003) considera uma falácia “ensinar o nordestino a conviver com a seca”, coerente, portanto, com a ideia de que os nordestinos já desenvolveram, ao longo dos anos, práticas adaptadas aos limites impostos pelo ecossistema em que vivem, mas:

(...) mesmo perfeitamente adaptados à convivência com a rusticidade permanente do clima, os trabalhadores das caatingas não podem conviver com a miséria, o desemprego aviltante, a ronda da fome e o drama familiar profundo criado pelas secas prolongadas (AB’SÁBER, 2003, p.85).

Nascimento (2008, p. 2) oferece o que nos parece ser um diagnóstico válido para compreensão dos desafios envolvidos com a adoção do paradigma da convivência:

A noção de *Convivência com o Semiárido* não é somente a resposta a uma característica peculiar das áreas semiáridas nordestinas, a estiagem, ela incorpora modos e técnicas de

saber-fazer capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos sócio-espaciais específicos e interesses em disputa em torno da questão do desenvolvimento (NASCIMENTO, 2008, p.2, grifos do autor).

Temos, então, duas direções nos esforços de mobilização ideológica envolvidos com a adesão ao paradigma da convivência. A primeira direção se refere ao convencimento de governos, organizações e atores locais a assumirem os princípios deste paradigma, tarefa que é realizada tanto pela produção de literatura sobre o tema como em ações diretas na tentativa de influenciar políticas e conseguir financiamentos para projetos, bem exemplificadas pelas iniciativas realizadas junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que abrem este capítulo. A segunda direção, que tentamos delinear nesta seção, refere-se aos cursos e outros mecanismos de formação para a convivência com o semiárido oferecidos aos agricultores familiares e outros atores sociais envolvidos com a temática do desenvolvimento, governamentais e não governamentais, nos municípios do interior do Nordeste. No primeiro caso, trata-se da opção pela institucionalização do paradigma. No segundo, a construção de sua legitimidade junto àqueles que seriam beneficiados por sua adoção. Nas duas situações, são engendradas práticas discursivas que produzam engajamento efetivo ao modelo.

Mundo Rural e agricultores familiares como alvo das políticas de convivência

A formulação de um discurso da convivência com o semiárido esteve sempre associada a ações concretas que pudessem demonstrar as vantagens do novo paradigma. Estas ações ainda estão associadas prioritariamente à atuação de organizações não governamentais, com destaque para aquelas que formam a Articulação do Semiárido Brasileiro. Nos últimos anos, porém, este discurso tem sido ativado também em programas e ações de organizações governamentais (SILVA, 2007; PINTO; LIMA, 2005). Nascimento

(2008, p.13) é enfático ao ressaltar a colaboração entre organizações governamentais e não governamentais neste processo:

A noção de Convivência com o Semiárido tornou-se um modelo operacional importante nas políticas públicas regionais, enfatizando as condições técnicas e de produção apropriadas espacialmente pela sociedade. Consta-se que muitas das experiências (...) não devem ser encaradas mais como auto-suficientes, nem deixar que sigam trajetórias erráticas em função da ausência de planejamento público propriamente dito, o que torna imprescindível tratá-las de forma mais abrangentes do ponto de vista socioespacial. (...) [As experiências conduzidas por organizações da sociedade civil] mesmo que pontuais, por já terem um certo acúmulo e algum nível de abrangência espacial, podem ser capazes de nortear estratégias de desenvolvimento rural para o semiárido baiano e nordestino (NASCIMENTO, 2008, p.13).

O QUADRO 4 traz alguns exemplos de ações/programas em que o discurso da convivência com o semiárido é articulado. Seus proponentes são duas organizações da sociedade civil (ASA Brasil e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB/SENAR)¹³ e duas governamentais, sendo uma federal (Banco do Nordeste) e outra estadual (Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA/CE). Em comum, estas ações são voltadas para agricultores familiares, informando que o paradigma da convivência é basicamente um modelo para uma parcela da população rural, já que não temos conhecimento de ações pensadas para o ambiente urbano, nem tem entrado na agenda a formulação de

13 Podemos citar ainda as ações de outras organizações não governamentais como IRPAA, SERTA, Caatinga e Cáritas Brasileira, com muitos projetos no tema da convivência.

políticas para os grandes proprietários rurais. Mas há também especificidades importantes.

EXEMPLOS DE POLITICAS/AÇÕES DE CONVIVENCIA COM O SEMIARIDO
(*continua*)

Proponente	Linha de ação	Contexto/objeto
ASA Brasil	Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido	Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) Ações desenvolvidas em vários estados nordestinos.
BNB	Incentivo à utilização de tecnologia de convivência com a seca	Elaborada no âmbito das diretrizes da política do banco de apoio à agricultura familiar.
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB/SENAR	Programa “Viver Bem no Semiárido” (lançado em 2012)	Com o propósito de se tornar “a maior ação de convivência com a seca já feita na Bahia”, objetiva atuar em propriedades rurais que sejam disseminadoras e multiplicadoras de ações e tecnologias de convivência. Na primeira fase, vai atender 220 propriedades em 11 municípios.

<p>Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará</p>	<p>Projetos de práticas agrícolas de convivência com o semiárido</p>	<p>Objetiva fortalecer a agricultura no semiárido. Exemplos de projetos: a) reforma e modernização das casas de farinha em seis municípios: Milagres, Redenção, Crato, Ararendá, Itarema e Ocara; b) entrega de 43 kits de medidores horo-sazonal às famílias de pequenos produtores/irrigantes. O equipamento garantiria a redução na conta de energia elétrica em até 73%; c) implantação de práticas agrícolas mecânicas e edáficas vegetativas e agroecológicas para o armazenamento de água no solo; e d) implantação de minifábricas de biocompostagem orgânica, junto com cinco associações de produtores – localizadas nos municípios de Carnaubal, Santa Quitéria, Jaguaratama, Icó e Itapajé – para a produção do composto orgânico do Biodiesel (mamona e girassol).</p>
---	--	---

QUADRO 4 - Exemplos de políticas/ações de convivência com o semiárido

FONTE – Quadro criado pelos autores

A ASA Brasil e a FAEB – em que pesem suas diferenças de origem, sendo uma organização representativa dos movimentos sociais e outra da classe patronal – apostam em tecnologias apropriadas, também chamadas de tecnologias sociais. Neste campo,

o programa de instalação de cisternas da ASA é paradigmático, e copiado por diferentes órgãos públicos. Também prevalece, nas ações destas organizações, o compromisso com o efeito demonstrativo das experiências, para que as novas práticas de convivência possam ser difundidas por seu caráter exemplar e bem sucedido de transformação dos sistemas produtivos e da vida dos agricultores¹⁴.

Já as ações dos órgãos governamentais lançam alguma luz sobre as formas de institucionalização do novo paradigma. No BNB, oferece-se crédito aos agricultores para que financiem “obras hídricas de convivência com a seca, projetos de irrigação, melhorias de pastagens, entre outros investimentos para minimizar os diversos problemas que a seca vem causando na zona rural dos municípios”. Uma linha de crédito emergencial foi aberta, em 2012, em virtude da seca, a pedido dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional. Se a ideia da convivência é ativada pelo banco quando trata de agricultores familiares (mesmo sem propor ações diferentes das que já eram realizadas), o discurso dominante nas demais ações da instituição se estrutura em torno das noções de desenvolvimento sustentável e modernização. Desenvolvimento e modernização também são a tônica no DNOCS, que anuncia explicitamente – em sua página na internet – a missão de modernizar os instrumentos de combate ao flagelo da seca¹⁵. No site da SUDENE, a ênfase maior é dada à noção de desenvolvimento sustentável, com destaque menor para o papel a ser desempenhado na modernização das infraestruturas social e econômica.

O exemplo oferecido pelas ações da SDA/CE enquadra-se no modelo dominante de intervenção com vistas à promoção do desenvolvimento em comunidades rurais adotado nas últimas décadas no Nordeste: modernização de casas de farinha; irrigação; armazenamento de água e implantação de pequenas plantas agroindustriais.

14 O Projeto Dom Helder Câmara, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, se aproxima, em sua concepção e execução, dos princípios adotados pela ASA Brasil em seus programas.

15 O DNOCS, curiosamente, lançou uma revista institucional intitulada “Conviver”. Pomponet (2009) faz a crítica das ações do DNOCS sob o crivo da noção de convivência com o semiárido.

A SDA/CE negociou ainda com a CHESF “um projeto para formação de pastagem para reserva alimentar e convivência com o Semiárido”. As ações governamentais – e é importante ressaltar aqui como os técnicos dos órgãos públicos traduzem o paradigma da convivência – parecem informar muito mais a resiliência de certos modelos de intervenção técnica do que a emergência de um novo paradigma civilizatório. Mas não se deve deixar de enfatizar que não é difícil realizar a tradução destas práticas na nova linguagem das tecnologias apropriadas. Em comum, todas as políticas analisadas parecem indicar a opção por alternativas pontuais, que não buscam promover alterações radicais nos modos de vida das populações atendidas.

Considerações Finais

Neste texto, não nos colocamos como objetivo avaliar a eficácia da aplicação do paradigma da convivência com o semiárido ou das políticas influenciadas ou inspiradas por ele. Isso não quer dizer, porém, que não estejamos preocupados em apreender algumas das consequências de sua adoção cada vez mais generalizada. E uma das consequências mais inquietantes, do ponto de vista da crítica informada sociologicamente, é a formulação de um discurso que objetiva informar políticas de desenvolvimento fundadas no que temos chamado de “excepcionalismo dos pobres”.

O excepcionalismo não é uma novidade na história das sociedades humanas, sendo em alguns momentos ativado para privilegiar grupos sociais dominantes e, em outros, para compensar grupos sociais dominados. É importante, porém, apreender como princípios excepcionalistas são mobilizados. Há pelo menos duas alternativas opostas: como meio de integrar grupos marginalizados ou como instrumento de reforço de suas especificidades. A defesa do paradigma da convivência – até onde podemos enxergar – opta por esta última alternativa.

Partindo da excepcionalidade climática e culminando na defesa de uma excepcionalidade cultural, objetivada em conhecimentos e práticas produtivas adaptadas a certos constrangimentos impostos pela natureza, os defensores do paradigma da convivência acabam

por assumir o pressuposto que as populações rurais – pobres e marginalizadas – das áreas rurais do interior do Nordeste devem ser objeto de um modelo de desenvolvimento que lhes seja próprio. As políticas a serem formuladas para estas áreas devem ser informadas por tecnologias apropriadas. O exemplo das cisternas de placas é, neste sentido, paradigmático. As cisternas não são anunciadas como alternativas paliativas enquanto não é possível oferecer para os moradores das comunidades rurais do interior do Nordeste água tratada e encanada. Elas simbolizam a capacidade de adaptação do sertanejo, sua criatividade e, por fim, o desejo de que mantenham sua excepcionalidade¹⁶.

É a partir da operação de pressupostos excepcionalistas que podemos compreender porque as políticas de convivência com o semiárido informam, principalmente, uma estratégia de ação voltada para uma parcela da população que objetiva mantê-los como um grupo diferenciado.

Sendo uma crítica aos padrões dominantes de modernização produtiva e social, com forte preocupação ambiental, o paradigma da convivência com o semiárido não deixa de ser também uma proposta de modernização. Objetiva transformar as condições de vida e de produção dos agricultores familiares do interior do Nordeste e, para isso, opera com diferentes mecanismos dos processos de modernização, e aqui destacamos a questão da mudança técnica e da educação como vetores de transformações sociais. Um projeto de modernização que não é reconhecido como tal e que se instaura sob a tensão do que chamamos de conservadorismo de vanguarda, em que objetivos conservantistas pautam as escolhas entre alternativas de engajamento.

Por que este novo paradigma, conservantista e excepcionalista, consegue tão ampla adesão entre diferentes setores sociais? Limitar-nos-emos, neste ponto, a indicar algumas pistas para reflexão. Um primeiro ponto a ser destacado é que a ideia de convivência, assim como a de desenvolvimento sustentável, é de fácil

16 Não nos deteremos aqui a investigar as fontes desta perspectiva excepcionalista, ainda que esta seja uma tarefa importante. Por enquanto, limitamo-nos a defender sua existência.

tradução, principalmente quando é apresentada como um padrão normativo geral; como um compromisso não especificado. Cada ator social tem assim a possibilidade de traduzir a noção de convivência a partir das próprias experiências e visões de mundo. Outro ponto que nos parece importante é o esgotamento do discurso do combate à seca, num ambiente social marcado pela crítica contundente dos resultados alcançados pelas políticas de desenvolvimento regional e setorial e ao mesmo tempo motivado pela possibilidade de construir novos modelos. Há que se ressaltar também a eficiente mobilização ideológica operada por alguns atores sociais importantes, particularmente algumas organizações não governamentais ligadas a ASA Brasil, com recursos humanos e financeiros para levar a cabo tal empreendimento no quadro das lutas simbólicas. Finalmente, sendo uma crítica à modernização que não recusa alguns pontos centrais do projeto de modernização, com sua lógica técnico-científica e seu discurso de transformação social de caráter conservantista, o paradigma da convivência pode ser aceito mesmo por setores que não compartilham suas implicações mais radicais.

Nosso objetivo, neste texto, é preciso que se afirme claramente, não foi defender a irrelevância das experiências pautadas na ideia de convivência com o semiárido. Muito ao contrário, toma-se como ponto de partida sua enorme capacidade de mobilizar diferentes atores sociais, constituindo-se assim importante objeto de reflexão. Tentamos trazer, à tona, apenas algumas das implicações dos pressupostos deste paradigma – que merecem uma maior reflexão por parte daqueles envolvidos com sua implementação – e também das formas pelas quais se tem institucionalizado. Ao final, perguntamos: o melhor para os agricultores familiares do semiárido nordestino é um projeto de desenvolvimento pautado no conservantismo e no excepcionalismo, que informa um programa de modernização para os pobres?

Referências

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

CARVALHO, J. O. ; EGLER, C. A. G. **Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2003.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2007.

GUIMARÃES FILHO, C. ; LOPES, P. R. C. **Subsídios para a formulação de um programa de convivência com a seca no semi-árido brasileiro**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2001.

MACEDO, O. R. B. **A convivência com o semi-árido: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA**. (Dissertação de Mestrado defendida no PPGS da UFPE), 2004.

MALVEZZI, R. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

NASCIMENTO, H. M. **A convivência com o semiárido e as transformações socioprodutivas na região do Sisal/Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural**. Rio Branco, AC: 46^o, 2008. (Congresso da SOBER).

PACHECO, M. E. L. [Carta] 11 jul. 2012, Brasília, DF [para] Rouseff, D., Brasília, DF. 10 f. (Faz proposições relativas às estratégias de

convivência com o Semiárido e os impactos da seca na segurança alimentar e nutricional).

PINTO, E. B. ; LIMA, M. J. A. **O programa de convivência com o semi-árido brasileiro e sua influência na mudança de hábitos e valores.** Puebla, México, 2005. (II Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Medio Ambiente).

POMPONET, A. S. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas.** Porto Alegre: 47º, 2009 (Congresso da SOBER).

PRAGANA, V. (2012) **Documento do Consea respalda ação da ASA pela convivência com o Semiárido.** Disponível em <http://www.asa-brasil.org.br/Includes/VersaoImpressao.asp? COD_ NOTICIA=7413> Data de acesso: 08 set. 2012.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Brasília, 2006. (Tese de Doutorado, UnB) (mimeo).

SILVA, R. M. A. (2007). Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38 (03): 466-485p.

SUASSUNA, J. (2002) Semiárido: proposta de convivência com a seca. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=659&Itemid=376>. Data de acesso: 31 ago. 2012.

WOHLWILL, J. F. Human adaptation to levels of environmental stimulation. **Human Ecology**, v. 2 (02); 127-147p., 1973.

Sites Consultados

www.bnb.gov.br

www.dnocs.org.br

www.sudene.org.br

www.asabrazil.org.br

www.fundaj.gov.br

www.insa.gov.br

www.faeb.org.br

www.cpatsa.embrapa.br

www.fetraece.org.br

www.sda.ce.gov.br

www.projetodomhelder.gov.br

www.caatinga.org.br

www.cpatsa.embrapa.br

www.caritasne2.org.br

www.irpaa.org

www.escolasdereferencia.blogspot.com.br